UM OLHAR SOBRE O 13 DE MAIO COMEMORADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE: “RAIAR DA LIBERDADE”

Simone Machado de Athayde¹ - Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy
Ribeiro - UENF. Brasil - athaydesimone@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade descrever e interpretar o processo de comemoração do 13 de maio, uma festa realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES, apresentando reflexões sobre essa festa, que foi (re) intitulada como “ Raiar da Liberdade pelos monte alegrenses portadores da religião de matriz africana. Objetiva-se, assim, analisar essa comemoração como forma de apresentar o conflito religioso que perpassa por essa comunidade, também formada por quilombolas católicos e evangélicos. Procura apresentar também uma discussão sobre o conceito de quilombo e seu sentido. A opção metodológica está ancorada na etnografia.

Palavras -chave: 13 de maio. Comunidade Quilombola. Conflito Religioso.

INTRODUÇÃO

Descrever e interpretar a comemoração do 13 de maio em uma comunidade quilombola é sinônimo de rememorar a História relacionada à formação dos Quilombos no Brasil, bem como sua trajetória de discussão.

¹ Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, professora de educação infantil da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, membro do Grupo Sistematizador (elaboração da Proposta Pedagógica de Educação Infantil) do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Mestranda em Políticas Sociais – Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, documento elaborado pelo Ministério da Educação, as vozes dos autores mencionados acima, é um meio pelo qual o quilombo se constituía como uma referência ideológica, cultural e política (2010, p. 144).

Segundo o grupo de trabalho de Moura (2010, p.01), cuja a temática é História – Quilombos e Quilombolas/ QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO BRASIL, MAS NO PARANÁ, QUEM DIRIA a expressão Quilombo, deriva da palavra Kilombo da língua Mbundo do tronco linguístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens africanos guerreiros/as, Mbundo, dos Imbangala. Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (Kilombo) significando ‘acampamento’, ‘arraial’, ‘povoação’, ‘capital’, ‘união’ e ainda ‘exército’.

Moura (1989, p.11) contempla em seus estudos que o Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Diante desse cenário escreve Fernando Ortiz (apud MOURA, 1989, p.11):

“os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos, montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de se fazerem fortes e viverem livres e independentes, conseguindo, em alguns casos, o estabelecimento de culturas à maneira africana e constituir até colônias quando conseguiam unir-se a algumas negras forras *cimarrones*, o que era frequente. Os escravos, em tal estado de rebeldia, diziam-se *palencados* e os seus retiros, *palenques*².”

Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação da luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. Saber até que ponto esse protesto, essa posição de resistência individual ou grupal correspondia à

² Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marrom*, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava. Em Cuba, eram os *palanques*, muitos deles famosos (MOURA, 1989, p.11).

possibilidade de um projeto de nova ordenação social é outra discussão, menciona o autor. Para ele, o fato é que no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno³ existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (MOURA, 1989, 13 - 14).

Segundo esse autor, havia no quilombo uma organização política. Ele não era um simples aglomerado amorfo, sem que seus membros tivessem papéis específicos a desempenhar. Isso não ocorria. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela (1989, p. 34 - 35).

A ideia de quilombo sempre esteve presente no imaginário da nação brasileira, tanto para desqualificar e reprimir modalidades alternativas de gestão do espaço e da vida, como inspirar e simbolizar mobilizações políticas (MELLO, 2012, p. 33). Conforme ele revela em seus estudos, no Brasil contemporâneo, isso não é diferente. O debate sobre as chamadas comunidades remanescentes de quilombos nas esferas acadêmica, jurídica e política é marcado por controvérsias, questionamentos e acusações. Em se tratando de uma categoria em disputa, cujo significado é polissêmico, qualquer tentativa de definição esbarra em indefinições. Com efeito, atualmente parece impossível falar de remanescentes de quilombos “sem adjetivá-los”.

Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por intermédio de um grupo de trabalho criado em 1994

“O termo ‘quilombo’ tem assumido novos significados na literatura especializada e também para os grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Definições têm sido elaboradas por organizações não-

³ “O escravismo moderno floresceu com a expansão do capital mercantil e foi um dos fatores da acumulação capitalista, que transformou profundamente as relações econômicas viabilizando o surgimento da produção capitalista. A escravidão moderna foi fruto do mercado” (MARTINS, J. de S. 163-164 apud Grupo de Trabalho Clóvis Moura – Questões Sociais – Regularização Fundiária. Disponível em: <http://www.quilombos.pr.gov.br/>. Acesso em: 08 de novembro. 2013.

governamentais, entidades confessionais e organizações autônomas dos trabalhadores, bem como pelo próprio movimento negro. ... o termo 'remanescentes' de quilombo' vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.”

O marco legal-institucional de reconhecimento jurídico das comunidades remanescentes de quilombos é o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Atualmente toda comunidade rural habitada por grupos de afrodescendentes por mais de cem anos, cuja memória remete à relação com os escravos do passado, tem o direito de solicitar junto à Fundação Cultural Palmares a intitulação de Comunidade Quilombola, como prevê o Decreto Lei 4887/2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO LEI 4.887/2003, Art.2º)

Tais atribuições, que anteriormente eram da Fundação Cultural Palmares, foi transferida para o Incra⁴ após a promulgação desse decreto.

Para uma comunidade receber o título de comunidade quilombola três aspectos devem ser seguidos na busca pelo reconhecimento de “remanescentes de quilombos”: (1) auto-atribuição; (2) trajetória histórica própria; (3) relações territoriais específicas.

O termo qualificativo “remanescentes”, segundo Mello (2012, p.43) apresenta ser sugestivo por si só, pois revela a expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos, como se elas fossem estáticas no tempo. Assim, a categoria remanescentes de quilombos não se referiria as sobras do passado, nem a uma cultura congelada no tempo, mas à utilização dessa forma de identificação por coletividades em busca de reconhecimento no presente.

⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Moura (2012, p. 12), descreve em seu artigo Quilombos contemporâneos: resistir e vencer, uma metáfora interessante publicada pelo Sr. Eloi Ferreira de Araújo, ex- Presidente da Fundação Cultural Palmares, no jornal “O Globo”, do dia 16/10/2011, cujo objetivo foi demonstrar o desconhecimento da história e da existência das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Ele lembrou a música ‘Caviar’, cantada por Zeca Pagodinho, que diz: *“Você sabe o que é caviar? Nunca vi, nem comi, eu só ouço falar”*. Em relação à questão quilombola, também se pode fazer a mesma comparação: *“Você sabe o que é um quilombo? Eu não sei, nunca vi, eu só ouço falar”*.

No imaginário do brasileiro, o que ainda se houve falar é sobre os agrupamentos de africanos escravizados fugidos de engenhos, fazendas e minas, que tentaram reproduzir vida comunitária semelhante à da África, sua terra de origem, para fugir dos maus-tratos infligidos pelos “senhores” e seus prepostos. É o máximo estudado nos livros escolares de História do Brasil (MOURA, 2012, p. 13).

Diante do exposto, conhecer uma comunidade quilombola, em especial a de Monte Alegre, é interar-se da cultura afrodescendente, em especial das nuances de uma festa religiosa de matriz africana, praticada por alguns monte alegrenses que lutam em prol de sua ancestralidade, de seu reconhecimento perante a comunidade preconceituosos e, perante também a uma sociedade tão preconceituosa.

APRESENTANDO MONTE ALEGRE

A Comunidade Quilombola de Monte Alegre está localizada à 38Km da sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES num vale cortado de noroeste a sul pelo Ribeirão Floresta e está cercado por vários morros. É uma comunidade da zona do distrito de Pacotuba que foi formada no final do século XIX, por volta de 1888, ano da Abolição da Escravatura no país.

As pessoas nascidas no final do século XIX e início do século XX diziam que muitos moradores se deslocavam de lugares vizinhos e até de longe para dançar o caxambu e os chamados “bailes de sala” realizados em Monte Alegre no final do dia e também aos finais de semana em horário noturno mesmo após um exaustivo dia de trabalho. Essas referências justificaram a origem do nome da comunidade.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre, 2006, p. 135 – 136), nos relatos orais colhidos junto à comunidade de Monte Alegre, constatou-se que é lugar comum a explicação de que este nome advém dos festejos que sempre aconteceram ali, atraindo pessoas de vários locais dos arredores: bailes, caxambu, festa de finados no antigo cemitério, Folia de Reis etc... Os responsáveis pela grande alegria das festas eram os ascendentes escravizados, com suas danças, músicas e outras manifestações comemorativas. No documento enviado pela comunidade à Fundação Palmares (FCP), em julho de 2005, com o pedido de certificação como *Remanescente das Comunidades dos Quilombos*, foi verificado a seguinte explicação:

O negro [...] começou a organizar meios para expressar suas alegrias e normalmente eles praticavam uma dança denominada caxambu. Com o crescimento da comunidade e suas diversões afro-brasileiras, pessoas deslocavam-se de outras vizinhas para alegrarem-se junto aos negros. Daí surgiu o nome Monte Alegre.

Segundo Filho e Almeida (2011, p. 51), afirmam que “no tempo do cativo, exaustos e necessitados de lazer depois de um dia de trabalho, enquanto os senhores dormiam, os negros brincavam às escondidas, fazendo ironia aos fazendeiros e fortes batidas nas caixas preparadas para a festa. Buscavam, nas letras debochadas, um alento para extravasar a revolta pelos maus tratos que lhes eram impostos durante o dia. Criativos e festeiros ‘brincavam’ muitas vezes até o amanhecer, quando retornavam do trabalho”.

Dada a notícia da abolição oficial e definitiva da escravidão, muitos negros juntaram-se nas ruas a comemorar, dançando, cantando e tocando seus caixotes. A partir desta data o **caxambu** tornou-se uma constante nas madrugadas – os caixotes foram substituídos por tambores (FILHO; ALMEIDA, 2011, p. 51).

Relatos de pessoas mais idosas de Monte Alegre, portadores do conhecimento da comunidade, dão conta de que houve o caso de um fazendeiro doar uma parte da terra para filha que era uma escrava, como forma de garantir o futuro da filha bastarda. Monte Alegre não se formou através de agrupamentos de negros fugidos, mas, de negros já alcançados pela Lei Áurea, que tornava extinta a escravidão em todo o território nacional em 13 de maio de 1888.

Com o conhecimento do Decreto Lei 4.887/2003, Art. 2º⁵, uns dos líderes da comunidade de Monte Alegre, Arilson Ventura e Leonardo Marcelino Ventura, promoveram uma reunião onde se ajuntaram as pessoas mais idosas moradoras da localidade, portadoras de um vasto conhecimento sobre a formação da comunidade. Com os relatos obtidos dessa reunião, foi redigido um documento no qual todos os participantes se auto - definiram negros descendentes dos escravos responsáveis pelo início e o desenvolvimento de Monte Alegre. Esse documento foi enviado à Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do Ministério da Cultura para o reconhecimento da ancestralidade negra dos moradores e assim, receber o título de Comunidade de Remanescentes de Quilombos, o que aconteceu em setembro do ano de 2005, e a comunidade passou a ser chamada de Comunidade Quilombola de Monte Alegre, formada por aproximadamente 600 habitantes, sendo 450 quilombolas.

Leite (2008, p.970), em seus estudos contempla que “o quilombo como direito a terra, como suporte de resistência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.”

COMEMORANDO O 13 DE MAIO: “RAIAR DA LIBERDADE”

“A gente tem que levantar a fogueira com a lenha que a gente tem.”

Maria Laurinda Adão

Os 125 anos de abolição da escravatura foi comemorado na Comunidade Quilombola de Monte Alegre no dia 13 de maio de 2013 pela líder comunitária Maria

⁵ Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Laurinda Adão com uma grande festa denominada “Raiar da Liberdade”. Maria Laurinda, além de ser uma das lideranças da comunidade, é também agricultora, parteira, coveira, mestra de Caxambu, mãe de santo, mulher, mãe e avó.

Nascida na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, distrito de Pacotuba, município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, em 03 de junho de 1943. Maria Laurinda é bisneta do “Escravo Adão”, fundador do quilombo. Herdou de sua mãe os tambores e a maestria do Caxambu “Santa Cruz”, hoje certificado pelo IPHAN⁶ como Patrimônio Cultural do Povo Brasileiro. Mãe solteira, ainda jovem, enfrentou preconceito e abandono dentro de sua própria família e uma filha para criar sozinha.

Descrever e interpretar O “Raiar da Liberdade” foi um dos momentos de grande importância na trajetória da minha pesquisa, pois tive oportunidade de vivenciar as nuances dessa festa tão esperada por Maria Laurinda e seus apreciadores, que teve início às 16h30min.

No caminho ao local da festa, já no território quilombola, encontrei Luiz e Richale, duas crianças que estavam com o uniforme da Escola Municipal de Educação Básica “Monte Alegre”. Perguntei se sabiam da festa, e eles responderam que sim. Perguntei também por que ainda estavam vestidos com o uniforme e eles responderam que saíram cedo da escola por causa da festa.

Próximo à igreja Nossa Senhora Aparecida e à Escola Municipal de Educação Básica “Monte Alegre”, há um grande terreno e um salão destinado às diferentes atividades desenvolvidas pelos membros da comunidade. Neste terreno estava uma grande fogueira que ainda não tinha sido acesa; construída pelo Sr. José Paulo Adão, líder evangélico local, irmão de Maria Laurinda, antes líder do Centro Espírita da Comunidade Quilombola de Monte Alegre que hoje é liderado por D. Laurinda.

Ela chegou às 17h para verificar a organização. Percebeu que no salão não havia lâmpada, assim sendo, meu irmão Ricardo Machado que me acompanhava

⁶ Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso: 17 de julho. 2013.

nesse dia, prontificou-se comprar as lâmpadas numa mercearia localizada próxima à Comunidade e doá-las para Festa.

Com a ajuda do pesquisador, Genildo Coelho Hautequestt Filho, D. Laurinda comprou os refrigerantes e os ingredientes da feijoada que foi servida ao término da apresentação do Caxambu. Seus amigos e sua filha Sandra fizeram uma parte da feijoada na cozinha da Escola Municipal de Educação Básica “Monte Alegre” e a outra parte foi feita na casa de sua filha. Diante desse fato, pude perceber o motivo pelo qual às crianças dessa escola haviam saído mais cedo naquela tarde: “O Preparo da feijoada”.

Além da comemoração do 13 de maio, havia o lançamento do livro “Todas as Faces de Maria”, que aconteceu antes da apresentação do Caxambu. Idealizado pelo pesquisador Genildo, o livro conta a história de vida de Maria Laurinda, que com muito orgulho assinava seu nome em cada livro que ia sendo vendido. Momento de grande satisfação para ela, pois acabara de aprender a ler e a escrever, resultado de uma conquista: “Agora eu entendo as letras”, diz ela toda empolgada.

Freire (1983, p. 72), revela que a alfabetização é sinônimo de entendimento sobre o que se lê e o que se escreve, é comunicar-se graficamente, é uma incorporação. Ainda para esse autor, a alfabetização: implica não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial – coisas mortas ou semimortas -, mas uma atitude de criação e recriação. Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os meios com os quais possa se alfabetizar.

D. Laurinda é guardiã da biblioteca da Escola de Monte Alegre, que fica localizada atrás ao seu Centro Espírita, gerando um grande conflito, pois os familiares das crianças monte alegrenses que são evangélicas não permitem que seus filhos (as) à frequente.

Por ser uma figura popular da comunidade, participa de muitos encontros, assim sendo, têm a oportunidade de receber livros de matriz africana elaborado por

diferentes Instituições e até mesmo por outros países, como aconteceu quando foi visitar à África.

Nota-se que o livro “Todas as Faces de Maria” é para ela, para seus visitantes e para alguns monte alegrenses, um objeto de grande apreciação.

Quando mencionei “para alguns monte alegrenses” é pelo fato de alguns membros da comunidade não aceitarem sua religião que é espírita e por ela ser “mãe de se santo”.

De acordo com Silva (2005, p.13), os cultos afro-brasileiros, por serem religiões de transe, de sacrifício animal e de culto aos espíritos (portanto, distanciados do modelo oficial de religiosidade dominante em nossa sociedade), têm sido associados a certos estereótipos como “magia negra” (por apresentarem geralmente uma ética que não se baseia na visão dualista do bem e do mal estabelecida pelas religiões cristãs), superstições de gente ignorante, práticas diabólicas, etc.

Diante do exposto, o preconceito em relação às religiões de matriz africana é um cenário que ainda está presente na sociedade. Oliveira et.al (2013, p. 10) em seu artigo O ensino de história e cultura afro-brasileira: coisa de demônio ou caminho para a construção de uma educação antirracista? revela:

“Acreditamos que a superação do preconceito religioso também demanda o aprofundamento do estudo sobre a História e a Cultura Afro-brasileira de modo a promover a desmitificação e a propiciar uma reflexão coletiva sobre o papel do negro na sociedade brasileira e o papel da escola na construção de uma educação antirracista”.

Ausentei-me da observação focada nos preparativos da Festa do Caxambu para cumprimentar Leonardo Ventura, evangélico, casado com Luzia Ventura, pai de quatro filhos. É um dos líderes da Comunidade Quilombola de Monte. Ao chegar em sua casa, uns 200 metros do espaço que aconteceu a festa, fui recepcionada com muito carinho por ele e pela sua filha Sara. Leonardo levou-me até sua esposa Luzia e falou que eu ficaria para jantar juntamente com o professor da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, que viera acompanhado de sua família para pesquisar a Festa do Caxambu Santa Cruz, ficando hospedado na casa ao lado: serviço “cama café” já

estruturado por Leonardo como forma de turismo. Fomos até essa casa antes do jantar. Ele queria muito que eu a conhecesse.

Falei que não poderia demorar, mas, Leonardo dizia que a festa não tem hora para começar, mesmo estando agendada para às 18h. Fui percebendo que ele não dava importância para a Festa do Caxambu, organizada por D. Maria Laurinda. Assim sendo, fazia de tudo para que eu não saísse de sua casa. Apresentou o certificado que recebera do Prêmio Conhecer – Valorizando quem faz a diferença na comunidade, patrocinado pela Vale do Rio Doce⁷ e o Primeiro Guia de Aves da Comunidade Quilombola de Monte Alegre, patrocinado pelo Projeto Corredores Ecológicos, Bicho do Mato e pelo IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Segundo Leonardo, as fotos foram tiradas pelo seu sobrinho Darlen Ventura e pelo seu filho Felipe Ventura. O livro foi lançado pela Secretaria de Cultura de Cachoeiro de Itapemirim, não tendo fins lucrativos.

No decorrer da conversa, Leonardo sugeriu que as pesquisas deveriam passar pelo agroturismo da Comunidade Quilombola de Monte Alegre como forma de apresentar à sociedade e as outras comunidades, a possibilidade das famílias quilombolas terem seu próprio negócio, deixando assim, de trabalhar na roça para enriquecer os fazendeiros do entorno: “Todos preferem a religiosidade e não sabem o que fazemos para sobreviver”- desabafa Leonardo.

De acordo com ele, a Comunidade Quilombola de Monte Alegre está envolvida com diferentes atividades que favorecem seu desenvolvimento econômico: o “Turismo Étnico, Cultural e Ambiental”, nomenclatura criada por Leonardo Ventura, líder da comunidade, que tem como objetivo apresentar a cultura afrodescendente, bem como sua área ambiental aos visitantes, que em sua maioria são estudantes de escolas públicas e privadas que pagam um valor de 29,00 reais para realizar esse turismo, tendo direito ao café da manhã, apresentação cultural – o CAXAMBU, dança criada por negros africanos e brasileiros, realizada pelas crianças e adolescentes da comunidade; trilha e almoço; a venda de artesanatos feitos por algumas famílias monte alegrenses (bonecas de pano - negras); doces como cocada e pé-de-moleque preparados no fogão à lenha por uma única família são vendidos enquanto os visitantes estão saboreando o café da manhã e o almoço. Tais atividades dão visibilidade ao trabalho dos monte alegrenses.

⁷ A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo. Brasileira, criada para a exploração das minas de ferro na região de Itabira, no estado de Minas Gerais em 1942 no governo Getúlio Vargas, a Vale é hoje uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A. Acesso: em 17 de julho. 2013.

Diante do exposto, pode-se evocar que a Prefeitura Municipal de Cachoeiro por intermédio de algumas de suas políticas públicas vem dando também visibilidade a Comunidade Quilombola de Monte Alegre no que tange a valorização do trabalho da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre – ACREQMA criada em 2006 por Leonardo, que tem como objetivo resgatar a agricultura familiar dos quilombolas monte alegrensens. Atualmente 24 famílias são beneficiadas com o trabalho da Horticultura Agroecológica e Agroindústria familiar (produção de pão caseiro, salgados e biscoitos) inaugurada em 2012. Apesar da comunidade apoiar algumas das políticas públicas ofertadas pela prefeitura, ainda existem famílias que preferem trabalhar na colheita do café do tipo Conilon, cultivado por um fazendeiro que reside próximo às terras do Quilombo de Monte Alegre.

Para Teixeira (2002, p.03), “as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.”

Os alimentos cultivados e produzidos são vendidos na Feira Livre da Agricultura Familiar de Cachoeiro de Itapemirim, que acontece todas as sextas-feiras, das 17h às 19h30min, no Pavilhão de Eventos da Ilha da Luz. Os produtos são adquiridos através do tíquete-feira, pagos aos servidores concursados da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim que ganham até mil reais por mês. O valor do tíquete é R\$ 10.00 por semana. No final de cada mês, esse tíquete é convertido em dinheiro para os produtores. Vende-se aproximadamente R\$ 40.000,00 por mês. É válido ressaltar, que no cenário do trabalho da Horticultura, a horta comunitária ganha destaque, pois os produtos ali cultivados, abastecem as escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim. Uma vez na semana a prefeitura disponibiliza um carro para realizar o traslado dos alimentos: da comunidade monte alegrense para serem distribuídos nas escolas. De acordo com Leonardo, o dinheiro é repassado a cada família cadastrada nesse programa de políticas públicas.

Após o desabafo, Leonardo fez questão que eu jantasse, insistiu muito. Percebi que essa insistência foi para que eu não provasse da feijoada que seria servida por D. Maria Laurinda, mãe de santo e ele, um membro, um irmão da Assembléia de Deus.

Jantei rapidamente acompanhada pelo pesquisador da UFES, sua família e com alguns membros da família de Leonardo. Arroz, feijão, angu, macarrão, linguiça e aipim com carne de porco, foram os alimentos servidos neste jantar. Confesso que estava uma delícia!

Após o jantar, voltei ao local da festa juntamente com o pesquisador e sua família. Já Leonardo, ficou para ir depois.

Ao chegar no local da Festa, a fogueira já estava acesa e o Caxambu Santa Cruz já havia começado. Para Freire (1983, p. 30 - 31), o homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. Representantes do IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Movimento Negro de Cachoeiro de Itapemirim prestigiaram o Caxambu, que trouxe os seguintes **Cantos de Devoção** (FILHO; BASTOS. 2011, p.03):

*“Princesa foi-se embora,
escreveu no papelão
Quem quiser comer
Trabalha com as suas mãos”*

*“Passei na ponte, a ponte estremeceu
Passei na ponte, a ponte estremeceu.
Não sou mais de que ninguém,
Ninguém é mais do que eu.”*

*“Aê, Aê, Aê,
Pai e Filho e Espírito Santo
Pai e Filho e Espírito Santo
Na hora de Deus, amém!”*

*“Ai, maninha, ô de dor, no coração
Pela dor que Jesus padeceu...
O sofrimento da paixão.”
“ E abre a minha gira, meu Pai,
E vamos trabalhar...
Vou pedir ao Senhor, pra me ajudar
Coisa divina Oxalá...”*

*“ Me dá licença, Santo Antônio,
Que eu quero correr o mundo.
Adeus, Adeus, meus filhos, eu vou s' embora*

*Adeus, Adeus, meus filhos, eu vou s' embora
Você fica com Deus e eu vou com Nossa Senhora.
Você fica com Deus e eu vou com Nossa Senhora.”*

Após a apresentação, membros da comunidade e convidados saborearam a famosa feijoada que fora servida no salão.

Em seguida, foi apresentada a Folia de Reis Mirim de Burarama, região próxima à Monte Alegre. Em seguida, a Folia de Reis composta somente por adultos. Momento em que Leonardo e sua esposa Luzia chegaram.

A folia de reis é uma tradição católica italiana que chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses e se espalhou por todo o país – em especial na região sudeste, onde podemos encontrar o maior número de grupos em atividades. Tem por missão contar, a partir dos relatos bíblicos, a história do Deus menino: desde as profecias do Antigo Testamento, o nascimento da manjedoura de Belém, a visita dos Três Reis Magos, a fuga para o Egito até as futuras provações que culminarão na morte pela cruz. Com características totalmente religiosa e católica, a folia de reis é bem recebida pela Igreja que reconhece a simbologia do folguedo. No entanto, a manifestação também foi acolhida pelas religiões de matrizes africanas como a **umbanda** e o **candomblé** (FILHO; BASTOS. 2011, p.83).

Segundo Maria Laurinda, a apresentação da folia de reis faz parte de sua festa, pois é um momento de encontro entre aqueles que se respeitam. Para Silva (2005):

“(…) as religiões, ainda que sejam sistemas de práticas simbólicas e de crenças relativas ao mundo invisível dos seres sobrenaturais, não se constituem senão como formas de expressão profundamente relacionadas à experiência social dos grupos que as praticam. Assim, a história das religiões afro-brasileiras inclui, necessariamente, o contexto das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre os seus principais grupos formadores: negros, brancos e índios”. (p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, foi possível perceber que D. Maria Laurinda se afirma quilombola a partir da gramática religiosa, a partir de sua matriz afrodescendente

que apesar do conflito religioso que perpassa pela comunidade, não é deixada de ser colocada em prática. Já Leonardo Ventura e sua família, afirmam-se quilombolas a partir da gramática técnico-científica e política de acesso aos editais, aos conhecimentos sobre formas de dar visibilidade a Comunidade Quilombola de Monte Alegre. São saberes diversos - sendo que esses saberes agenciados por Leonardo são aceitos pela sociedade envolvente e os de Maria Laurinda são combatidos a 500 anos.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HAUTEQUESTT, Filho; ALMEIDA, Isabel Cristina de. **Cultura Popular: narrativas de devoção por seus mestres**. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2011.
- HAUTEQUESTT, G.; BASTOS, I. **Todas as Faces de Maria**. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2012.
- LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.
- MELLO, M. MOURA. **Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.
- MOURA, Clóvis. História – Quilombos e Quilombolas. **QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO BRASIL, MAS NO PARANÁ, QUEM DIRIA**. Disponível em: <http://www.quilombos.pr.gov.br/>. Acesso em: 08 de novembro. 2013.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos, resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1989.
- MOURA, Glória. **Quilombos contemporâneos: resistir e vencer**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.
- OLIVEIRA, A; SALVADOR, C; ARRUDA, M. O ensino de história e cultura afro-brasileira: coisa de demônio ou caminho para a construção de uma educação antirracista? **Revista Ibero – americana de Educação**. n.º61 – 15/01/2013.
- Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre – Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo – UFES – Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Território “Quilombola” de Monte Alegre – História, Cultura, Meio Ambiente e Direito Étnico. Vitória – ES. 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR** - BA, 2002.